

**DISCURSO DE POSSE DO ACADÊMICO
NETONIO BEZERRA MACHADO NA ACADEMIA
SERGIPANA DE LETRAS JURÍDICAS – em 01/09/2017**

“A verdadeira política não deveria dar um passo sem haver rendido, antes de tudo, homenagem à moral. Unida a esta, já não é uma arte difícil e complicada; a moral corta o nó que a política é incapaz de desatar... É preciso ter por sagrados os direitos do homem; para isso deveriam os soberanos fazer os maiores sacrifícios. Não é o caso de dividir-se entre o direito e a utilidade. A política deve prosternar-se ante a moral...”.
(EMMANUEL KANT).

.....

Minhas Senhoras.

Meus Senhores.

Perdoem-me Senhoras e Senhores, se numa ocasião como esta, solene, festiva, de posse numa Academia de Letras Jurídicas, trago como prelúdio do meu discurso uma reflexão brotada da genialidade, da grandeza de espírito, do idealismo e da esperança de Emmanuel Kant, exprimindo o sentimento de quem, num tempo tão distante, já detectava um processo de ruptura entre princípios morais e consideráveis segmentos da política.

Quão atual e pertinente apresenta-se tal reflexão em nossos dias.

Intuo, então, ser sempre compatível com qualquer cerimônia, o exercício da politicidade, assimilada pelo saudoso jus-filósofo Miguel Reale como permanente contextualização do homem com seu tempo e com os

ideais mais elevados de uma efetiva cidadania para todos, num processo de humanização e justiça permanentemente perseguido.

E me valho da consciência política do notável e saudoso SAMPAIO DÓRIA que, no prefácio ao seu clássico ‘Direito Constitucional’, escreveu: “*(...) o serviço mais prestante que pode um cidadão prestar (...) à sua Pátria é contribuir para que tenham seus concidadãos idéias claras das instituições políticas espalhadas pelo mundo, e sob algumas das quais vivem, ou terão de viver*”, tendo o saudoso e brilhante jurista GERALDO ATALIBA, em seu livro ‘República e Constituição’, acrescentado que “*essa ensinanza é tarefa que se não esgota num gesto, nem numa pregação. É munus constante, diuturno, incessante, que será tanto mais eficaz quanto mais traduzido em comportamentos exemplares. O Direito se ensina praticamente por obras, mais que por palavras. Não que estas não sejam necessárias, mas só são fecundas se secundadas por gestos*”.

É a força desse nobre sentimento norteador da razão de ser desta Academia, que me faz sentir encorajado a preludiar minha fala com a advertência de Kant, sem ferir este momento solene de extrema relevância para mim.

Ajunte-se a isso a inspiração igualmente haurida na exemplaridade de vida do Patrono da Cadeira 16, que passo agora a ocupar, -o imortal JOSÉ DA SILVA RIBEIRO FILHO-, uma das maiores expressões das Letras Sergipanas, um homem público e jurista de escol, prosista e poeta, cofundador da Faculdade de Direito de Sergipe, onde lecionou Direito Penal e Direito do Trabalho, cultivando e legando para todos, no curso da sua fecunda existência, o amor pela justiça, pela moral, pela cidadania livre e consciente do seu valor.

Íntegro em todos os papéis relevantes desempenhados na atividade pública e na sua vida privada, tendo também exercido os cargos de Secretário de Justiça e de Secretário de Segurança Pública. Este último -Secretário de Segurança Pública- até aparentemente contraditório com sua personalidade, exerceu-o em decorrência dos insistentes pedidos dos seus amigos João de Andrade Garcez e Paulo Barreto de Menezes, numa época difícil, num regime de exceção, sob uma ditadura militar, carecendo o Estado de Sergipe de ter à frente daquela Secretaria um homem de grande estatura moral, equilíbrio e altivez.

Aquiesceu ao pedido dos seus amigos em nome do espírito patriótico que sempre falou mais alto aos que, como ele, viam na oportunidade de dar sua contribuição para o bem da Pátria, uma missão da qual não se deveria declinar.

Um dos atingidos pelo arbítrio da época, disse de José da Silva Ribeiro, o seguinte:

“Homem que sabia ouvir e dialogar, frustrou a muitos, quando como Secretário de Segurança Pública em dias funestos para a liberdade de muitos sergipanos, tomou as rédeas dos mais afoitos, restabeleceu direitos, distribuiu atestados, antes negados aos proscritos, saneou, enfim, o arbítrio dominante naquela quadra distante.

“Orlando Dantas, entre o reparo e o elogio, costumava dizer do Dr. José da Silva Ribeiro Filho que combinava mais com um nicho, que guarda santidade, do que com uma Secretaria de Segurança Pública, que era, quase sempre, uma máquina de truculência e intimidação”.

Foi membro da Associação Ibero-Americana de Direito do Trabalho e da Seguridade Social (Buenos Aires) e cofundador do Instituto Sergipano do Direito do Trabalho.

Submetido a concurso público, foi nomeado Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Aracaju, cargo no qual se aposentou em 1969.

Do poeta José da Silva Ribeiro Filho, disse Tristão de Athayde:

"(...) momentos da mais profunda paz interior que os seus belos poemas proporcionaram. Confesso que não sabia do tesouro que você, ao menos para mim, guardava tão humildemente em sua gaveta. (...) esse admirável conjunto de poemas você o guardou, ao menos para mim, para serem a revelação do seu eu secreto, do seu íntimo, do seu eu tocantemente representativo do que há de melhor na alma brasileira (...) Esse escrínio de Beleza (...) que são seus versos".

Também significativo não só pelo conteúdo, mas, igualmente pela forma romântica e expressiva é o depoimento do grande literato, crítico e historiador da Literatura Sergipana Jackson da Silva Lima, sobre um soneto de autoria do Patrono desta Cadeira nº 16:

"A imolação provocou protestos, veementes mas infrutíferos, isso porque os meninos de ontem -tornando-se adultos- começavam a dispersar-se pouco a pouco.

Estudantes, em sua grande maioria, iam cursar Escolas de nível superior na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro.

Outros, apesar de bem modestas suas aspirações, emigravam definitivamente, a queixarem-se da estreiteza, senão também da hostilidade do rincão ingrato.

Não partiam ‘em bando e em revoada’, como as pombas do soneto; porém, de ano para ano, decrescia o número dos que se arriscavam a ficar”.

Como advogado e magistrado José da Silva Ribeiro Filho angariou de todos, o reconhecimento da sua lisura, do seu brilho e da sua competência no exercício dessas atividades

dignificantes e por ele significadas, sempre buscando justiça quando atuava como advogado; sempre fazendo justiça no desempenho da judicatura. Sempre denunciando, quando tantos quedavam-se inertes ante as investidas ignominiosas contra direitos fundamentais dos cidadãos, seja judicando na área do Direito do Trabalho, seja na tribuna, seja conscientizando seus alunos nas salas de aula.

Dele disse o Mestre do Direito do Trabalho, *Martins Catarino*:

"(...) para o magistrado e professor Silva Ribeiro Filho, o grande princípio do Direito Processual do Trabalho era o princípio da adequação - do direito adjetivo ao particularismo do direito substantivo".

Desse Patrono ilustre, disse um de seus mais notáveis alunos, também de saudosa memória e de extraordinário potencial de inteligência e cultura, de oratória esplendorosa, Luiz Antonio Barreto:

"Professor de Direito, e Diretor da Faculdade de Sergipe, José da Silva Ribeiro Filho deixou seu nome destacado na relação dos grandes mestres, que honraram a tradição tobiática e ensinaram mais que doutrina, como um acervo comum, levaram às salas de aula a reflexão, na busca de renovar, no cotidiano dinâmico da sociedade, a cidadania, como um objetivo permanente, que é mesmo a representação da luta pelo Direito, no sábio enunciado de Ihering, propagado por Tobias Barreto e pela Escola do Recife".

Esse, Senhoras e Senhores, caríssimos confrades e confreiras, um breve perfil da história do Patrono da Cadeira nº 16, que tenho a honra de ocupar.

Ao ser criada esta Academia Sergipana de Letras Jurídicas, quando já não mais estava entre nós o saudoso José da Silva Ribeiro Filho, a Cadeira nº 16, da qual é Patrono, foi justa e honrosamente ocupada, pela primeira vez, por

seu filho WAGNER DA SILVA RIBEIRO, igualmente Professor de Direito do Trabalho e de outras disciplinas, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe; laborou igualmente na Justiça do Trabalho, nesta Capital; escritor, poeta, filósofo, estudioso da mitologia Grega, conhecido como 'O POETA DOS VERSOS HELÊNICOS'.

Wagner partiu para a outra dimensão da vida aos 71 anos de idade, deixando para os seus pósteros um acervo precioso do seu pensamento, da sua cultura, da sua campanha permanente pela libertação do homem, principalmente de si mesmo, agrilhoado, por vezes, a desvirtuados conceitos que, de tanto serem repetidos e aceitos passivamente, fazem do ser humano um escravo que perdeu até a vontade de ser livre.

Presto uma homenagem especial à sua esposa, hoje viúva Ivana Maria Almeida da Silva Ribeiro.

Deixou filhos e irmãos que honram a tradição familiar.

Do vasto repertório de obras deixadas por WAGNER, disse, em feliz síntese, o Jornalista Adiberto Souza:

"Há muito mais em cada palavra, cada verso, cada estrofe, cada poema, que exige uma exegese da história do universo mítico, aproximando-o da história que deixa de ser de deuses e potestades, lugares e animais fabulosos, para atender ao homem no seu caminho e vida, vagueante num mundo que não tem explicação em si mesmo".

Concordo plenamente com esse depoimento de Adiberto Souza.

Penso que quem já teve ou vier a ter a oportunidade de ler, entre outros livros, CANTARES DO MAR EGEU; CANTAR DO MINOTAURO; TRIBUTO AOS DEUSES LARES; UMA VISÃO DE AEDO; A ANGÚSTIA DE ZÉUS; MEMORIAL DE AEDO, todos de autoria de Wagner Ribeiro, por certo só

encontrará razões para secundar esse tributo prestado a Wagner por Adiberto Souza.

Por isso mesmo, mereceu Wagner o reconhecimento do seu valor por instituições nacionais e internacionais que o laurearam com comendas tais como as *Palmes Académiques*, comenda outorgada pelo Governo Francês; o **Diploma de Personalidade Cultural**, conferido pela União Brasileira dos Escritores, do Rio de Janeiro; o **Prêmio Joaquim Norberto**, concedido pela Ação Cultural e Obra Literária, em 2007; e o **Prêmio Centenário de Silva Ribeiro Filho**, em 2008, nesta Capital. Foi membro da International Writers And Artists Association - IWA.

Wagner, como seu pai José da Silva Ribeiro Filho, ao seu modo e com o peso da sua cultura, do seu exemplo como cidadão, como servidor público, como intelectual, observador e crítico contundente, por vezes até cáustico, dos infensos aos apelos da razão e da ética na condução da coisa pública, sempre se deixou nutrir da esperança de um dia ver substituído interesses individuais inconfessáveis e argentários, por um ideal republicano voltado para o bem estar geral, vitorizado pela igualdade social, pela solidariedade humana e pela justiça.

Vêem, pois, Senhoras e Senhores, Confrades e Confreiras, como não parece destoar da solenidade que reveste esta ocasião, o preambular deste discurso com a advertência de Kant a respeito da devida prosternação da política ante a moral.

Notadamente na época em que vivemos e na quadra atual da vida política nacional, penso ser até um imperativo patriótico e humano, político e cidadão, o agitar as consciências letargiadas de alguns para a percepção de que o Brasil é constituído, em sua maioria, de homens de bem, de gente trabalhadora, de jovens que têm direito à esperança, pela justa compensação dos seus méritos, adquiridos com

esforço e obstinação; de pais que se preocupam com o destino dos seus filhos e sonham com dias venturosos para eles.

Há, não obstante tudo o que vem acontecendo neste País chamado Brasil, e não só aqui, há idealismo, talvez um idealismo contido, sufocado pela realidade contrastante de certas condutas desairosas de homens públicos de diversos setores da sociedade brasileira.

Há, sim, idealismo em muitos, apesar de tudo.

Mas idealismo é como uma religião: é preciso ter adeptos, ter cultos, ter convicção e ser divulgado.

É preciso, como nos diz Hermann Hesse em seu livro Demian, é preciso viver esses sonhos, vivê-los bem, dedicar-lhes altares, pois embora não sendo a perfeição, já é um caminho, e, se conseguiremos assim pensando, renovar ou não o mundo, não se sabe, mas dentro de nós mesmos, temos que renová-lo a cada dia; de outro modo, nada conseguiremos.

A única realidade é aquela que se encontra dentro de nós, e se os homens vivem tão irrealmente, é porque aceitam como realidade as imagens exteriores e sufocam em si a voz do mundo interior”.

É desse renovar interior que necessitamos, mais do que nunca, sem o que, estaremos a promover uma deformação das virtudes, na medida em que, a virtude tecnicista leva à destruição da virtude humanista, produzindo uma crise do espírito a preparar um destino cruel para a chamada “civilização”.

Neste ponto, a observação de Paul Veléry faz todo sentido, quando ele verbera: “*tanto horror não teria sido possível sem tanta virtude. Sem dúvida foi preciso muita ciência para matar tantos homens, dissipar tantos bens, aniquilar tantas cidades em tão pouco tempo*”.

E, ao final, ele indaga: “*Saber e Dever, sois, portanto suspeitos?*”. (‘A CRISE DA RAZÃO - A LÓGICA ATORMENTADA’ - Adauto Novaes).

Este, a meu ver, o paradoxo enfrentado pelas civilizações de qualquer época, e que mais se agudiza nesta nossa época, como a querer molhar nossas pálpebras no pranto das desesperanças dolorosas, num ritual nefasto de pétalas se desfolhando, de sonhos fenecendo, de vidas se esvaindo na inutilidade de um exercício inócuo de afirmação de poder inconsistente alicerçado em tragicômico delírio de grandeza material.

Mas, apesar disso tudo, deixo arrebatar-me pelo otimismo prodigioso de Pablo Neruda ao proclamar: “*É verdade que o mundo não se limpa com guerras, não se lava com sangue, não se corrige com ódio. É igualmente verdade que nos aproximamos de uma evidência: os violentos se refletem no espelho do mundo e seu rosto não é bonito nem para eles mesmos. E continuo acreditando na possibilidade do amor. Tenho a certeza do entendimento entre os seres humanos, logrado sobre o sofrimento, sobre o sangue e sobre os cristais quebrados*

. (“CONFESSO QUE VIVI”).

Penso, como Neruda, que o sofrimento do mundo levará a esse estágio de lúcida afirmação da vida, não por acaso, mas em consequência da percepção de um niilismo avassalador, e a consciência desse fenômeno será o vetor da humanização das sociedades.

Mas, para essa metamorfose social, como bem o disse o filósofo alemão Gunther Anders ao escrever ‘*Essere O Non Essere - Diário de Hiroshima e Nagasaki*

’, em 1961, temos diante de nós uma tarefa que “*não é do tipo que se deixa solucionar com medidas puramente políticas (e menos ainda com meios puramente técnicos). As medidas a serem tomadas pertencem a outra categoria (...). Isto significa que a transformação deverá ser a transformação moral*”.

Ele tinha a esperança, como registra Norberto Bobbio em seu '*Diário de Um Século*', “que a consciência de estar diante de uma proibição absoluta lançasse raízes tão profundas que qualquer um que examine a possibilidade de servir-se desses meios para as suas finalidades políticas logo se veja diante da indignação da humanidade inteira”.

Penso, meus queridos amigos, que apesar de ser verdade que, até agora, o chamado “equilíbrio do terror” de que já nos falava Thomas Hobbes, é que tem evitado a utilização das bombas atômicas, ainda assim, partindo da esperança de Neruda, de Gunther Anders, de Kant e de tantos outros otimistas, agarro-me a essa esperança como última instância de expectativa positiva do mundo, e morrerei com ela.

Senhoras e Senhores.

Confrades e Confreiras.

Internalizo este momento, estas presenças, esta liturgia, como uma das repetidas metáforas da generosidade do povo sergipano que me acolheu no seu regaço há já alguns anos, quando me conferiu o honroso título de Cidadão Sergipano, conferindo um sentido de universalidade às fraternas relações humanas, apagando as fronteiras dos territórios físicos substituídas pela dimensão do território da liberdade, da paz e da alegria de irmãos que se encontram e se solidarizam, compartilhando o privilégio de aqui viver.

É como se Sergipe falasse pela voz de Péricles, quando a Atenas se referia, proclamando: “*Nossa cidade se acha aberta a todos os homens. Nenhuma lei proíbe nela a entrada aos estrangeiros, nem os priva de nossas instituições, nem de nossos espetáculos; nada há em Atenas oculto e permite-se a todos que vejam e aprendam nela o que bem quiserem sem esconder-lhes sequer coisas cujo conhecimento possa ser de proveito para nossos inimigos, porquanto confiamos, para*

vencer, não em preparativos misteriosos, nem em ardis e estratagemas, senão em nosso valor e em nossa inteligência”.

Sou, portanto, mais uma vez e sempre, muito grato ao povo de Sergipe e, agora, em especial, aos queridos confrades e confreiras que sufragaram meu nome para ocupar a Cadeira de nº 16, desta Academia Sergipana de Letras Jurídicas, ocupando o espaço apenas físico -porque o vácuo intelectual deixado por Wagner Ribeiro, este talvez jamais será ocupado.

Tentarei, ao menos, concorrer para que as finalidades desta Academia Sergipana de Letras Jurídicas, contempladas no art. 2º do seu Estatuto Social, colimando: “*I- O fomento à produção jurídica no Estado de Sergipe, ao aperfeiçoamento e à difusão das letras jurídica; II- A realização de estudos, discussões e seminários ligados às finalidades da entidade; III- O auxílio aos acadêmicos na publicação e editoração de suas obras, inclusive no que se refere ao relacionamento com a Biblioteca Nacional, com o fim de cadastramento no ISBN*” tornem-se efetivas.

Agradeço, sensibilizado, as referências elogiosas proferidas pelo meu amigo, colega da magistratura quando nela militei e, atualmente meu confrade nesta Academia Sergipana de Letras Jurídicas, Desembargador Osório de Araújo Ramos, certo de que a grandeza do seu coração é a grande responsável por haver-me atribuído qualidades tão notáveis, que não as porto.

Por fim, agradeço as autoridades, aos colegas e aos amigos que aqui acorreram nesta tarde para mim magnífica, prestigiando-me com suas honrosas presenças.

Muito obrigado a todos.